

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

DA NECESSIDADE DE RESTITUIR ÀS ARMAS DE PORTUGAL OS SEUS VERDADEIROS SÍMBOLOS.

SPÍNOLA, Ismael Joaquim

Ano: 1960 | Número: 70

Como citar este documento:

SPÍNOLA, Ismael Joaquim, Da necessidade de restituir às Armas de Portugal os seus verdadeiros símbolos. *Revista de Guimarães*, 70 (3-4) Jul.-Dez. 1960, p. 468-484.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51

4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Da necessidade de restituir às Armas de Portugal os seus verdadeiros símbolos

Pelo Major ISMAEL JOAQUIM SPÍNOLA
da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Intróito

Na I e II parte do estudo das *Armas de Portugal*, que tivemos a honra de apresentar ao I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa 1958), concluímos que os símbolos exarados nos numismas medievais eram expressões de ideias filosóficas e teológicas, que dominaram naquele período histórico. Também vimos aparecer, na sucessão desses símbolos, as várias fases por que passou o Escudo das Armas de Portugal. Agora, resta-nos ver se estas «Armas», no seu dispositivo actual, estão de acordo com aquelas ideias ou se haverá necessidade de introduzir-lhes quaisquer modificações de modo a faze-las regressar à sua primitiva pureza. Contudo, antes de entrarmos, propriamente, na pormenorização do problema, que nos propomos tratar, ha que dar uma ideia, embora sucinta, das conclusões encontradas nas I e II partes deste estudo, a fim de tornarmos inteligíveis as permissas que hão de fundamentar esta III e última parte deste trabalho.

Assim:

Na gestação das «Armas de Portugal», distinguimos três períodos bem diferenciados:

- 1.º período — de 1128 a 1279;
- 2.º » — de 1279 a 1485;
- 3.º » — de 1485 aos nossos dias.

No 1.º período, ou seja, no período verdadeiramente genético deste símbolo, assistimos à evolução dos escudetes e à variação do número de aruelas contidas em cada um deles.

1 — Nesse estudo, verificámos que nos séculos XII, XIII e XIV, a Ordem de Cistér, fiel adepta da escola filosófica de Platão, introduziu, na numária dos países onde se instalara, os símbolos representativos de suas doutrinas.

a) — Em França, por exemplo, aparece um símbolo — nas moedas de Luís IV, o Moço, entre os anos de 1120 e 1180 — constituído por três escudetes amendoados, entrelaçados e que, pelas suas analogias com a cosmologia platónica, denominamos «Alma do Mundo», visto que a «Alma do Mundo», segundo Platão, fora formada da natureza do MESMO, do OUTRO e da TERCEIRA SUBSTÂNCIA.

Composta a mistura destas três realidades, divididas e unificadas matematicamente, ela move-se por si mesma, em círculo, ... (1) ... Porém, devido ao movimento do MESMO, os círculos são transformados em espirais. (2)

Para que não subsistam dúvidas acerca do modo como a «Alma do Mundo» fora formada, ele descreve essa formação e nós, servindo-nos desse relato, vamos representá-la gráficamente. Ele diz: (3)

Primeiro, Deus cortou a composição, no sentido

(1) Platon, *Timée*, traduit par Albert Rivaud, p. 150: «Et composée du mélange de ces trois réalités, partagée et unifiée mathématiquement, elle se meut d'elle même en cercle, en tournant sur elle-même».

(2) Idem, p. 153: «En effet, le mouvement du même entraînant en spirale tous les cercles,.....»

(3) Idem, p. 149: «(Le Ciel, l'équateur et l'écliptique) — Or, toute cette composition, le Dieu la coupa en deux dans le sens de la longueur, et ayant croisé les deux moitiés l'une sur l'autre, en faisant coïncider leurs milieux, comme un CHI, il les courba

do comprimento, em duas, e cruzou-as, fazendo coincidir os seus meios, como um X (Fig. 1); depois, curvou-as para as juntar em círculo, unindo entre si as

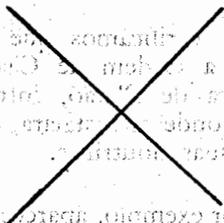


Fig. 1

extremidades de cada uma, no sentido oposto à sua intersecção. (Fig. 2).

Em seguida, devido à acção do MESMO sobre os círculos, obteve uma espiral conforme fora previsto.



Fig. 2

Mas a esfera celeste e o princípio que a move é a «Alma do Mundo» (1), e é este símbolo que aparece nas moedas de Luís o Moço, época em que as ideias

pour les joindre en cercle, unissant entre elles les extrémités de chacune, au point opposé à leur intersection. (*Mouvements des Cieux*) — Il les enveloppa du mouvement uniforme qui tourne dans le même lieu, et, des deux cercles, il fit l'un extérieur, l'autre intérieur». (1) idem, p. 41: «L'Âme du Monde (par conséquent la sphère céleste et le principe que la meut)».

platónicas, na Europa, tiveram a maior aceitação. Também, em Inglaterra, já no século VIII, no tempo em que as ideias platónicas predominaram, reinado de Eadberht, as moedas são exornadas com o mesmo símbolo.

b) — Em Portugal, no reinado de D. Afonso Henriques, 1128 a 1179, aparece representado no campo do averso de seus dinheiros, um pentalfa ou «cinco sem mão» que, segundo a cosmologia platónica, representa o «Corpo do Mundo», visto que:

O Mundo, em virtude de ser um corpo, é, necessariamente, limitado por superfícies e toda a superfície de formação rectilínea é composta de triângulos. (1)

Apesar da «Alma do Mundo» ser mais antiga que o «Corpo do Mundo», eles não são diferentes na sua essência; simplesmente, os elementos constitutivos da Alma são mais puros que os do Corpo. (2)

Depois de criada a Alma, o Criador colocou no interior d'Ela tudo o que era corporal, fazendo coincidir o meio da Alma com o meio do Corpo e uniu-os em harmonia. (3)

Para conseguir esta harmonia foi necessário que a Alma e o Corpo tivessem sido construídos de modo semelhante, para que a Alma, depois de construído o Corpo, o pudesse envolver completamente. (4)

Então, se ao X — resultante da sobreposição das duas partes em que foi dividida a composição dos elementos, tal como tratamos na Alma do Mundo — dobrarmos as suas pernas em segmentos

(1) Idem, 173 e 53: «Les triangles. Et toute surface de formation rectiligne est composée de triangles».

(2) Idem, p. 93: «la composition du corps du Monde est simplement moins pure que celle de l'Ame, mais elle comporte les mêmes éléments constitutifs».

(3) Idem, p. 149: «Ainsi l'Ame, étendue dans toutes les directions, depuis le milieu jusqu'aux extrémités du ciel, l'envoloppant en cercle du dehors».

(4) Idem p. 149: «et tournant en cercle sur elle-même».

de recta, porque se trata de superfícies e estas, necessariamente, terminam em lados de triângulos, obteremos um pentalfa que representará o Corpo do mundo. (Fig. 3)



Fig. 3

c) — No reinado de D. Sancho I aparece, no campo do reverso dos seus dinheiros, um símbolo cruciforme formado por cinco escudetes triangulares, dispostos em cruz. (1)

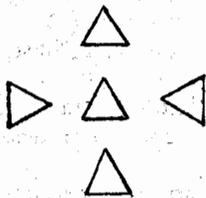


Fig. 4

Como o «Corpo do Mundo» é composto pelos cinco sólidos elementares — também conhecidos por «cinco corpos platónicos» — julgamo-nos habilitados a conjecturar que estes cinco triângulos não sejam mais que a estilização do «Corpo do Mundo», representado nas moedas do reinado anterior. (Fig. 4)

(1) Idem, p. 81: «Notice — un texte de Proclus affirme que Pythagore a découvert la composition des cinq figures cosmiques».

Também, por ter aparecido a exornar os morabitinos deste reinado, o símbolo «Cruciforme Amendoado», conjecturamos que se passara da estilização «Cruciforme Triangular» para a «Cruciforme Amendoada», por o elemento triangular não pressupôr a existência de Alma, isto é, a existência de Vida. Para a adquirirem, os elementos cósmicos necessitam de ser animados do movimento uniforme do MESMO o que obriga à substituição dos elementos triangulares pelos elementos amendoados. Só estes são dotados de Corpo e Alma. (Fig. 5)

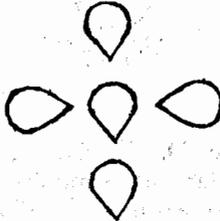


Fig. 5

d) — No reinado de D. Afonso II aparece representado nas moedas um símbolo a que foi expurgada toda a imperfeição. A ideia de Divindade pressupõe a ideia de perfeição e não se pode coadunar com as máculas da matéria, que o símbolo amendoado contém.

Se ao «escudete amendoado» — peça do símbolo «Cruciforme Amendoado», resultante da estilização da «Alma do Mundo» que, por sua vez, fora formada da natureza do MESMO, do OUTRO e da TERCEIRA SUBSTÂNCIA, ou, o que é o mesmo, da



Fig. 6

Substância Indivisível, da Substância Divisível e da Substância Intermediária (1) — extrairmos todas as impurezas da matéria (Substância Divisível e a parte divisível da Substância Intermediária) obteremos um «Escudete Totalmente Perfeito». (Fig. 6)

No campo das moedas deste reinado, aparece um símbolo, onde se destacam os elementos constitutivos do «Escudete Amendoado», no seguinte te dispositivo; (Fig. 7).

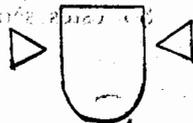


Fig. 7



e) — No reinado de D. Sancho II, aparece representado nas moedas um símbolo que consideramos resultante da substituição dos «Escudetes Amendoados» pelos «Escudetes perfeitos» e que denominamos «Símbolo Cruciforme da Perfeição». (Fig 8)

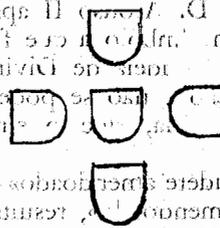


Fig. 8

f) — Os nossos tratadistas, ao encararem o problema do significado das «Armas de Portugal», não tendo encontrado o caminho científico para as definir, têm-se limitado a produzir, ou a reproduzir, traba-

(1) A Substância Intermediária é composta de: Substância Indivisível e Substância Divisível.

lhos de ficção, que nada têm que ver com o problema. Geralmente, não fazem alusão aos «Escudetes» que, como acabamos de ver, representam as peças de maior valia destas «Armas». É no «Escudete» que se contém toda a espiritualidade da filosofia platónica, e é no «Escudete» que encontramos a ideia ecuménica que sempre nos tem orientado. Enquanto se foram gerando as várias fases da evolução desta peça, simultaneamente, foram aparecendo — consequência das traduções toledanas da filosofia de Aristóteles — símbolos aristotélicos que acabaram por completar o âmbito do significado das «Armas de Portugal». Esta mistura de símbolos platónicos com símbolos aristotélicos, evidencia que a escola eclética, radicada por S. Tomás de Aquino, já nos fins do século XII ensaiava os seus primeiros passos em Portugal.

2 — Se passarmos da Numismática para a Sigilografia, verificamos que, no período decorrente de 1128 a 1279, as peças exornantes dos selos são também representativas das ideias filosóficas do tempo.

a) — A metafísica de Aristóteles, para explicar o movimento dos planetas, considera a Terra como centro do Mundo e concebe a existência de 55 esferas. (1)

Por outro lado, aparecem 55 arruelas (11 por cada escudete) a carregar o símbolo «Cruciforme Amendoado» dos selos reais, a partir de D. Sancho I (2), ou seja, numa época imediatamente posterior ao aparecimento das traduções toledanas, como se verifica na Fig. 9.



Fig. 9

(1) *Metafísica* de Aristoteles (ed. Espasa), p. 262: «y el número total de esferas, de las de movimiento directo y las de movimiento inverso, será de cincuenta e cinco».

(2) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, gravuras números VIII, XV, XVI, XVII, XIX, XXIII e XXIX.

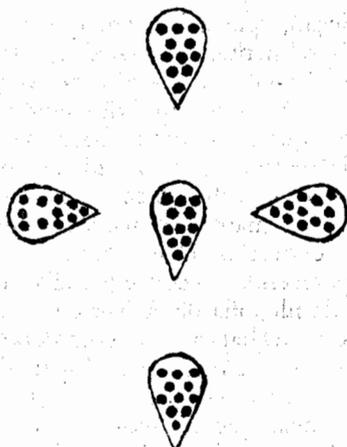


Fig. 9

Esta representação é pois o símbolo da «Alma do Mundo» carregado com as 55 esferas que o regem.

b) — No tempo de D. Afonso III, as onze arruelas de cada «Escudete», foram substituídas por cinco em sautor. É neste reinado que se dá início ao

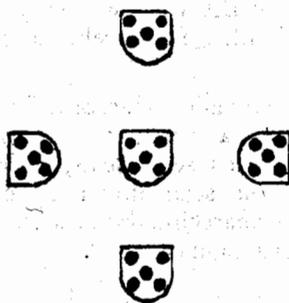


Fig. 10

segundo período, durante o qual os escudetes das ilhargas aparecem sempre com o lado curvo, ou vértice, apontado para o centro.

- c) — No reinado de D. João II, em 1485, os escudetes laterais das Armas de Portugal deixaram de ser apontados para o centro para passarem a ser apontados para baixo. Com esta operação dá-se início ao terceiro período das alterações às Armas de Portugal.

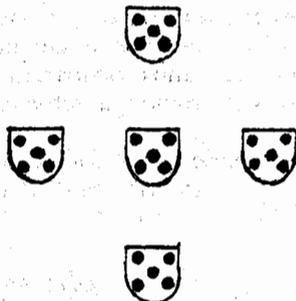


Fig. 11

Que razão teria havido para levar o nosso Rei D. João II a ordenar a alteração das suas Armas pela operação conhecida na História sob o nome de «Endireitar o Escudo»?

É o que a seguir se verá.

III PARTE

Operação de «Endireitar o Escudo»

O conhecimento que D. João II teve do valor propagandístico da moeda, levou-o a servir-se deste meio para se tornar conhecido e respeitado no estrangeiro. Ele mesmo, na sua Carta Régia de 25 de Dezembro de 1489, diz:

«... porque as moedas d'ouro gerallmente correm pelos rregnos estrangeiros e por ellas se guarda muyto aos rex que as fazem.»

Creio ter sido deste conceito que lhe nascera a necessidade de dar à moeda portuguesa uma apresentação artística, ao gosto da época, condigna com as aspirações nacionais. Em virtude do brasão das Armas de Portugal ser a peça de maior valia no debuxo das moedas portuguesas, foi aí que incidiram as atenções do Rei, dos Procuradores dos Povos, dos especialistas no officio de armaria, do Rei de Armas e dos Artistas.

Depois de vários estudos e de muitas discussões, que por mais de três anos ocuparam as atenções do País, D. João II determinou a reforma do brasão das armas reais.

Garcia de Resende, que foi secretário particular de D. João II, relata-nos o acontecimento nos termos seguintes:

«E assi mandou mudar os cinco escudos de dentro, porque os das ilhargas andavam atravessados com as pontas debaixo pera o meio, que parecia cousa de quebra, e os pos todos direitos com as pontas pera baixo, de maneira em que agora andam.» (1)

O Sr. Conde de Tovar, ao tratar da «Reforma do Brasão Real» por D. João II, numa «Comunicação» lida na Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Sessão de 10 de Junho de 1931, entre outras coisas, disse: Salvo erro, a única informação que possuímos sobre este particular é o que consta da crónica de Rui de Pina, nos termos seguintes:

«... em principio de 1485, D. João II se foy a Viana d'Aluito, e d'ahi a Beja, onde teve conselho sobre a moeda nova que faria, porque ainda depois de regnar a não fizera, pora que ordenou, e emnovou algumas cousas no Real Escudo, e de suas armas. A primeira modança que faz foy..... Otro sy porque dos cinco Escudos do meo do

(1) Crónica de D. João II, cap. 57.

Escudo que fazem cruz, os dous das ilbargas jaziam derribados, com as pontas atravees pera a cruz, o que era contra regra direita de armas, e parecia significar alguma grande quebra, ou rota recebida cantra si em batalha campal, o que nom era: El-Rei outro si por tirar esta sospeita, e achaque, mandou assentar todolos escudos direitos e com as pontas pera fundo, como devida, e naturalmente devem andar, e asy andam agora.»

Mais adiante, ao tratar das memórias escritas por Álvaro Lopes, secretário de D. João II, afirma que este fora muito mais minucioso e interessante que Rui de Pina e documenta esta afirmação, transcrevendo o seguinte:

«Na mesma era determinou el-Rei de correger o escudo de Regno sobre a qual cousa havia tres anos que por vezes se tiverão grandes conselhos sendo en nelles presente, e o que mais nisto apontey por algu conhecimento que do officio darmas tinha, e com o conselho e parecer de Rey darmas e ainda nas cortes primeyras que fez depois do falecimento del-Rey seu Padre por alguns percuradores do reyno foj acerca dello apontado que ho devia de fazer o sobcisto ouue assaz dapontamentos de pro e de contra, e em concurião foj determinado que tirasse a cruz verde davis que el-Rey Don João seu visavo posera nas armas e mais que os dous escudos das ylharguas se indereitassem, e todos cinco andassem direitos e assy se fez.....»

Da análise deste documento o ilustre Historiador fizera ressaltar:

- a) — que essa reforma fora resultante de três anos de acalorados trabalhos;
- b) — que foram Procuradores dos Povos que levantaram, nas cortes de 1482, esta questão heráldica e que logo ali apontaram algumas modificações que era conveniente introduzir;

- c) — que o projecto ali apresentado não merecera a aprovação geral, dando origem a «assaz de apontamentos de pró e de contra»;
- d) — que, terminadas as côrtes, o assunto continuara a ser debatido em grandes conselhos, realizados entre os anos de 1482 e 1485;
- e) — que o Secretário Álvaro Lopes assistira a esses conselhos e que, graças aos seus conhecimentos do officio de armaria, fora de todos os presentes aquele que mais apontara nos debates, sempre de acordo com o parecer do Rei de armas:
-
- h) — que, para ponto final nestas intermináveis discussões é que D. João II resolvera, em 1485, limitar a reforma do brasão aos dois pontos já conhecidos: eliminação da cruz de Avis e alteração na posição dos escudos laterais das quinas.

A revivência de tão precioso documento foi serviço inestimável prestado pelo Sr. Conde de Tovar ao estudo das Armas de Portugal.

A reposição, na tela, dos intermináveis grandes conselhos onde fervilhavam os argumentos de pró e de contra, realizados entre os anos de 1482 e 1485, elucida-nos que houvera discordâncias entre os respeitáveis Procuradores do Reino, sobre tão magno assunto.

Apesar de tantos e tão prolongados trabalhos, o significado dos escudetes, procurado através duma dedução científica, não preocupou o espírito de tão conspícuos Procuradores. Álvaro Lopes, pelo menos, não lhes faz a menor alusão.

Esta verificação é essencial para o nosso estudo, para mostrar que não foi partindo do conhecimento simbólico dos escudetes, mas dum conceito puramente fictício, que D. João II ordenou a operação de «Endeitar o Escudo».

Se não existissem outras razões, bastar-nos-ia esta ignorância para considerarmos des acertada tal ordem

real. Porém, há razões de ordem científica, como a seguir se mostrará, que nos levam a condenar tal determinação real e a propor a reposição dos escudetes na sua pureza simbólica, ou seja, no dispositivo imediatamente anterior a D. João II.

Santo Agostinho e o platonismo cristão

S.^{to} Agostinho, espírito ávido de verdade, começou a sua vida mística como catecúmeno do maniqueísmo, por estar convencido de que o sistema eclético de Mani — extraído da teosofia caldeo-babilónica, do zoroastrismo, do budismo e do cristianismo — não era mais que o produto duma revelação divina, o que conferia ao criador desta seita a categoria de paracleto infalível.

Porém, Mani, com a audácia própria dos ignorantes, atreveu-se a fazer afirmações cosmogónicas sobre o Sol, a Lua, as Estrelas e os Planetas, em completa discordância com as doutrinas gregas, então geralmente admitidas como verdadeiras. Tanto bastou para que o catecúmeno Agostinho passasse a considerar este Mani como um impostor, presunçoso e ignorante.

Agostinho, depois de ter procurado inútilmente a verdade, convenceu-se de «que nenhum homem poderia chegar a compreender qualquer verdade» e, então, caiu no cepticismo.

Neste estado de alma, entrou em contacto com o bispo de Milão, Ambrósio, e começou a frequentar as suas prédicas, mais com o propósito de verificar se a erudição e eloquência deste bispo correspondiam à fama que o acompanhava, do que para avaliar a consistência das suas doutrinas. Daqui resultou começarem-se a abalar as suas descrenças, e a assiduidade com que passou a frequentar esta catequese preparou-lhe o espírito para a formação cristã.

Porém, o que mais contribuiu para a sua completa conversão foi ter verificado grande concordância do pensamento cristão com a filosofia platónica, ou antes, neoplatónica. Hoje, está averiguado que foi nos textos do neoplatónico Plotino — por S.^{to} Agostinho dominar mal o grego — que ele se ilustrou no conhecimento da

escola filosófica de Platão. S.^{to} Agostinho, ao referir-se a Plotino, apelida-o de «eco do próprio Platão», «o maior conhecedor de Platão» e até, «o maior dos platónicos».

Desde o século VI até ao século XIII, portanto, desde a aprovação da maior parte da «Teoria da Graça», no Concílio de Orange (ano 529), à época em que apareceram S.^{to} Alberto o Grande e S. Tomás de Aquino, as ideias orientadoras dos doutores da Igreja Romana foram as de S.^{to} Agostinho. Assim, quem queira estudar a chamada «Idade de Ouro» do Cristianismo, sem se embrenhar na filosofia de Plotino, nunca a conseguirá compreender. Foi tal a influência deste neoplatónico no desenvolvimento intelectual medieval, que Emile Bréhier, na sua preciosa obra *La Philosophie du Moyen Âge*, cita-o 24 vezes, quase tantas como S.^{to} Agostinho (27 vezes) e Platão (25 vezes).

Influência da Filosofia de Plotino no dispositivo dos escudetes das ilhargas nas Armas de Portugal

Plotino, na sua complexa filosofia, trata das teorias que estudam o que foi feito «fora do tempo» — HIPÓSTASES — e das teorias que tentam explicar o que foi feito «dentro do tempo».

Nas hipóstases ele distingue: o *Um*, a *Inteligência* e a *Alma*.

Na «Processão» destas hipóstases diz: tal como o *Um* engendrou a *Inteligência* assim esta engendrara a *Alma*.

A *Inteligência* engendrada volta-se para o *Um* e a *Alma* volta-se para a *Inteligência*. (1)

(1) «La Philosophie Antique», par André Cresson, *Que sais-je?*, p. 105: «Il distingue «l'UN» ou «le Premier» qui engendre «l'Intelligence». Cette Intelligence, à son tour, engendre «l'Âme». L'Un, l'Intelligence et l'Âme sont les trois hypostases: leur engendrement constitue, selon Plotin, «la Procession». Mais cette Procession aboutit à une «Conversion», l'Intelligence engendrée se retourne vers l'Un qui l'a formée et le contemple. L'Âme se retourne vers l'Intelligence et elle aussi la contemple».

Mas, na Alma, existem duas partes distintas:

- Uma, superior, voltada para a Inteligência;
- Outra, inferior, ao contrário, voltada para a matéria. (1)

Por outro lado, tanto para S.^{to} Agostinho como para S. Boaventura, a Inteligência está no interior da Alma, mas é pelo interior, segundo Plotino, que a «Alma» fermenta e organiza a matéria (2).

Logo, a representação gráfica da Alma do Mundo, segundo Plotino, terá os três escudetes superiores (o que

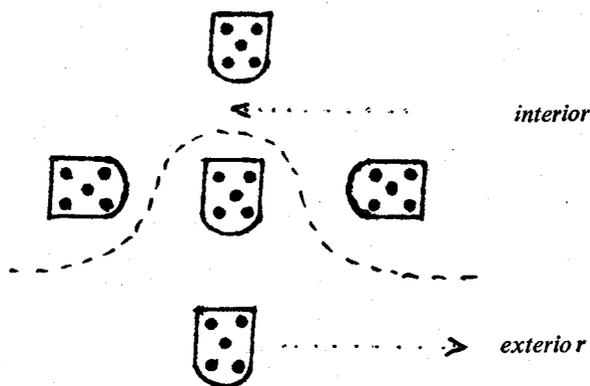


Fig. 12

inclui os dois escudetes das ilhargas) voltados para a Inteligência (ou seja, para o interior) e o do meio e o de baixo, ao contrário, voltados para a matéria (ou seja, para o exterior). (Fig. 12)

(1) Idem, p. 108: « Mais, en elle, il faut distinguer deux parties: l'une supérieur par laquelle elle est tournée vers cette Intelligence dont elle procède au point de n'en être pas séparée; l'autre, inférieur, par laquelle elle s'oriente, au contraire, vers la matière,.....»

(2) Idem, p. 109: « Assurément, par sa partie inférieur, l'Âme ressemble au «Demiurge» de Platon. C'est par l'intérieur qu'elle fait fermenter et organise la matière.»

Conclusão

Do estudo que acabámos de fazer, sobressai, sem sombra de dúvida, que a determinação de D. João II, para endireitar o escudo das Armas de Portugal, foi um erro que muito prejudica o significado das peças que compõem estas Armas.

Sendo assim, nada seria mais oportuno que, neste ano do «Centenário Henriquino», fossem restituídos os verdadeiros símbolos das Armas de Portugal, que pelo seu significado ecuménico tanto se adaptam ao sonho que este ínclito Infante teve a dita de realizar.